

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE DIREITO**

CELSO GOMES SOARES JUNIOR

**A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS E OS PROCEDIMENTOS
PARA A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC**

**CURITIBA
2006**

CELSO GOMES SOARES JUNIOR

**A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC**

Monografia de conclusão do Curso de Direito,
Setor Ciências Jurídicas. Universidade Federal do
Paraná, apresentada como requisito parcial a
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profª Tatyana Friederich.

**CURITIBA
2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

CELSO GOMES SOARES JR

A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^a Tatyana Friedrich

Prof^a. Rosicler dos Santos

Prof^a Denise Bruel

RESUMO

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os principais países do mundo se reuniram para criar instituições de atuação global, que visassem manter a estabilidade econômica, política e social, evitando a escalada e a eclosão de novos conflitos. O GATT surge neste período visando reduções tarifárias para a melhor circulação de produtos. Trata-se do primeiro momento em que a liberalização do comércio se tornou o objetivo de um grupo de países, os signatários do GATT. Algumas décadas de GATT, contudo, ensinaram que passos mais ambiciosos deveriam ser dados. Não somente a redução tarifária, mas também a regulamentação do comércio em si era uma necessidade. Com o surgimento da OMC, novas regras e um número maior de matérias passam a ser centralizadas e regulamentadas por uma única instituição. Agora não somente a liberalização do comércio, mas também o *rule of law* passam a ser observados. Nesta tendência o Órgão de Solução de Controvérsias, já existente na época do GATT, passa por uma reformulação, se tornando mais efetivo. Com o aparente fracasso da Rodada de Negociações de Doha, espera-se um aumento dos conflitos que serão submetidos à apreciação do *Dispute Settlement Body* e esta análise será realizada com a presente monografia.

Palavras-chaves: Organização Mundial do Comércio, Doha, controvérsias, tarifas, liberalização.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OMC	7
2.1	ORIGENS E OBJETIVOS	7
2.2	O REGRAMENTO JURÍDICO DA RODADA DO URUGUAI	10
2.3	PRINCÍPIOS DO SISTEMA OMC	12
2.3.1	Princípio da Não Discriminação	12
2.3.2	Princípio da Liberalização do Comércio	13
2.3.3	Princípio da Transparência/Previsibilidade	14
2.3.4	Princípio da Proibição do Comércio Predatório.....	15
3	RODADA DE DOHA	16
3.1	OBJETIVO	16
3.2	O FIM DA RODADA DE DOHA E SEUS IMPACTOS	17
4	SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC.....	23
4.1	SISTEMA DO ANTIGO GATT	26
4.2	MODELO ATUAL	28
4.3	FASES DO MODELO ATUAL	29
4.3.1	Consultas	30
4.3.2	Conciliação/ Mediação	31
4.3.3	Painel	32
4.3.4	Órgão de Apelação	34
4.3.5	Fiscalização do Cumprimento do Relatório do Painel ou do Órgão de Apelação	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A OMC possui características muito diferentes das instituições de *Bretton Woods*. Peter Sutherland observou que o FMI e o Banco Mundial possuem funções regulatórias, mas foram concebidos para administrar recursos. Já na OMC, seu papel e sucesso dependem da credibilidade *erga omnes*, da aceitação e da observância de suas normas. Celso Lafer afirma que

a promoção das normas da OMC passa por mecanismos e processos voltados para a construção de confiança mútua, do tipo que a doutrina norte-americana denomina *confidence building measures*.¹

Estas “medidas para a construção de confiança”, estão traduzidas, principalmente, sob dois aspectos: i) o princípio da transparência e ii) o mecanismo de solução de controvérsias (*Dispute Settlement Body*). A publicidade – maneira pela qual o princípio da transparência opera - exerce o papel de expor políticas públicas tanto internamente quanto externamente. Assim, a transparência gera confiança e estabilidade para o sistema OMC, tornando o fluxo comercial também mais estável e previsível.

O mercado e a concorrência geram tensões que não raramente acabam por se transformar em disputas bélicas. Isto era uma realidade vista, principalmente, durante a idade média/ início do imperialismo, onde a absoluta falta de regras e o domínio do mais forte eram observados. Para evitar confrontos bélicos uma cooperação jurídica se faz necessária. A OMC, com suas normas, regulamenta um *fair play* entre as nações envolvidas, intervindo quando necessário, seja por via do estímulo à conciliação, seja pela via contenciosa, através do Órgão de Solução de Controvérsias. Desta maneira, as *confidence building measures*, reafirmam o compromisso pela ordem econômica internacional, tranquilizando os Estados participantes do comércio internacional, à medida que existem medidas que garantem que um Estado específico – não importando seu tamanho ou poder – cumprirá suas obrigações. Estas medidas podem ser apenas de comportamento, o que permite aos Estados observarem as atividades um dos outros, policiando estas

¹ LAFER, Celso. **A OMC e a Regulamentação do Comércio Internacional**: uma visão brasileira. São Paulo: Livraria do Advogado.

e verificando se as mesmas estão de acordo com as normas da OMC. Ainda existem as medidas de caráter mais resolutivo e coativo, seguindo as normas da OMC, via Órgão de Solução de Controvérsias.

Em poucas linhas, já se possui subsídios suficientes para afirmar, sem a menor sombra de dúvida, que a engrenagem da OMC está em sua credibilidade *erga omnes*. A manutenção desta credibilidade é algo vital para a Organização, já que as nações devem observar e cumprir suas normas.

Com as dificuldades de prosseguimento da Rodada de Doha e sua paralisação, muitos analistas são unânimes em afirmar que a consequência mais desastrosa verificada é a perda de credibilidade da OMC, algo que pode minar o respeito dos países pelas decisões dos juízes da entidade, bem como aumentar a crença de que a OMC não possui meios e capacidade para levar a cabo todas as reformas que o sistema de comércio internacional necessita para fluir com menos iniquidades e distorções.

Assim, espera-se um quadro de número crescente de conflitos de ordem comercial. A paralisação da última rodada de negociações, que teve início no Qatar, dois meses após os ataques terroristas de 11 de Setembro, tem como consequência a previsão de que os países agora tentarão obter através da disputa, algo que não foi conseguido via negociações. Isto se deve principalmente porque o OSC² é o único órgão de uma organização internacional cujas decisões são capazes de coagir os Estados membros ao seu total cumprimento, uma vez que sanções são passíveis de serem aplicadas. A busca de segurança jurídica fará do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, um instrumento necessário para a garantia de direitos que, antes do entrave da Rodada de Doha, estavam sendo almejados via negociação, algo que fere profundamente o papel da OMC, já que, essencialmente, a Organização funciona como um fórum de negociações.

Desta maneira, a presente monografia visa fazer uma abordagem do atual momento da OMC – já que se tem presente uma visão pessimista de que haverá um aumento dos conflitos comerciais devido ao fim da Rodada de Doha – mostrando a dinâmica do Órgão de Solução de Controvérsias, que possuirá papel central na resolução dos contenciosos que serão submetidos a sua jurisdição. O primeiro capítulo traz um breve histórico da origem da OMC, demonstrando a preocupação

² OSC – Órgão de Solução de Controvérsias ou *DSC – Dispute Settlement Body*.

em regulamentar o fluxo de trocas comerciais em âmbito mundial. Além disso, uma síntese dos princípios orientadores do sistema OMC traz base para discussões futuras a respeito de violações de acordos e regulamentações desta organização. O segundo capítulo traz considerações a respeito da Rodada de Doha e as conseqüências de sua paralisação. O último capítulo, por sua vez, tece em detalhes o funcionamento do “*Dispute Settlement Body*” ou “Órgão de Solução de Controvérsias”, apontando o seu surgimento, necessidade, dinâmica de funcionamento, legislação e fases do processo.

2 OMC

2.1 ORIGENS E OBJETIVOS

A organização do sistema multilateral de comércio possui suas origens no pós II Guerra Mundial, mais especificamente no encontro de *Bretton Woods*. Fatores como a instabilidade econômica e política vivenciada no início do século – como a grande depressão de 29 e as duas grandes Guerras Mundiais na primeira metade do século XX – contribuíram para a decisão de instituir órgãos reguladores, de abrangência mundial, visando dar maior estabilidade às relações entre os países. Três fatores foram essenciais para o sucesso desta reunião: i) experiências comuns entre os países partícipes; ii) a concentração de poder em um pequeno número de Estados e iii) uma grande potência, capaz de assumir o papel de liderança do processo.

O encontro teve como resultado a criação do FMI – Fundo Monetário Internacional - onde os partícipes são quotistas e dele podem se socorrer em momentos de crises cambiais; a criação do Banco Mundial – inicialmente visando financiar a construção européia e o desenvolvimento - e, por último, uma organização internacional que regulamentasse fluxos comerciais – a OIC.

FMI e BIRD sobreviveram, mas a criação da OIC não foi aprovada pelo congresso norte-americano. Possuindo grande peso no comércio internacional desde longa data, a criação de uma Organização visando a regulamentação das trocas comerciais, sem a participação dos Estados Unidos, estava fadada ao insucesso.

Assim que surge o GATT³ – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – um conjunto de normas voltadas para a redução de tarifas alfandegárias. Tendo como regra matriz a cláusula da nação mais favorecida, este princípio se baseia no fato de que um benefício quando concedido a um país membro, deve ser estendido a todos os demais. Este princípio – por ser fundamental - pode ser observado no Artigo 1 do

³ *General Agreement on Tariffs and Trade.*

GATT⁴, bem como no Artigo 2 do GATS – *General Agreement on Trade in Services* – e no Artigo 4 do TRIPS – *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, provando o quão importante este princípio é. O Brasil foi um dos signatários do GATT e o incorporou à legislação brasileira, pela Lei 314/48.

A sistemática utilizada para alcançar os objetivos de reduções tarifárias foi o das “rodadas de negociações”, periódicas e que envolviam um número crescente de Estados e de volume comercial. Com o passar do tempo, um maior número de matérias também começaram a ser abordadas. Abaixo, um quadro comparativo traz as principais rodadas de negociação, ano ocorrido, número de países envolvidos, comércio afetado e os principais temas abordados:

QUADRO 1 - TEMAS PRINCIPAIS

Ano	Rodada	N. de Países	Comércio Afetado (USD)	Temas Principais
1947	Genebra	23	10 bilhões	Redução de Tarifas
1949	Annecy	13	-	Redução de Tarifas
1951	Torquay	38	-	Redução de Tarifas
1956	Genebra	26	2.5 bilhões	Redução de Tarifas
1960-61	Dillon	26	4.9 bilhões	Redução de Tarifas
1964-67	Kennedy	62	40 bilhões	Redução de Tarifas e medidas antidumping
1973-79	Tóquio	102	155 bilhões	Redução de Tarifas e barreiras não tarifárias
1986-94	Uruguai	123	3.7 trilhões	Criação da OMC, redução de tarifas e liberalização de novos setores econômicos, reforços nas medidas antidumping, subsídios, salvaguardas entre outros temas relevantes.

Fonte: OMC

O GATT representou um grande avanço na tentativa de liberalização comercial tanto que pela metade da década de 90, as tarifas para produtos industrializados já tinham caído firmemente, para menos de 4%.⁵ Contudo, limitações ao sistema GATT, acabavam por torná-lo ineficaz sob muitos aspectos.

⁴ Art. 1 GATT. 1. With respect to customs duties and charges of any kind imposed on or in connection with importation or exportation or imposed on the international transfer of payments for imports or exports, and with respect to the method of levying such duties and charges, and with respect to all rules and formalities in connection with importation and exportation, and with respect to all matters referred to in paragraphs 2 and 4 of Article III,* **any advantage, favour, privilege or immunity granted by any contracting party to any product originating in or destined for any other country shall be accorded immediately and unconditionally to the like product originating in or destined for the territories of all other contracting parties.**

⁵ WTO. **Understanding the WTO**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm> 3. ed. August 2003. Acesso em: 05 ago. 2006.

Como exemplo, pode-se citar o próprio mecanismo de Solução de Controvérsias que era prejudicado pela falta de efetividade das decisões dos painéis, uma vez que estas poderiam ser facilmente bloqueadas por qualquer membro, inclusive o Estado perdedor da demanda.

Outro ponto a ser observado é que ao mesmo tempo em que o GATT estava obtendo sucesso em reduzir tarifas, o mundo passava por um período de graves crises econômicas, durante a década de 70. Isto levou governos a procurar formas de proteção a setores sensíveis e que estavam vivenciando um aumento da competitividade estrangeira. Alto nível de desemprego e a falência de negócios levaram a uma maior intervenção estatal o que acarretou em um aumento dos subsídios – para fomentar certas atividades econômicas - principalmente a agricultura. Aqui nasce um dos maiores problemas a ser enfrentado pela futura OMC – a questão dos agricultores.

A última rodada de negociações - ainda sob o GATT – a Rodada do Uruguai, durou o dobro do tempo previsto inicialmente e nela foram negociados diversos temas. Esta foi considerada a maior rodada de negociações multilaterais da história. Abaixo estão as principais reuniões que fizeram parte desta rodada:

QUADRO 2 - A RODADA DO URUGUAI – PRINCIPAIS DATAS

Setembro de 86	Punta del Este – Lançamento da Rodada.
Dezembro de 88	Montreal: Revisão ministerial.
Abril de 89	Geneva: Revisão se completa.
Dezembro de 90	Bruxelas: O fechamento da reunião ministerial termina em impasse.
Dezembro de 91	Geneva: Primeira Redação do Acordo Final.
Novembro de 92	Washington: EUA e União Européia aparam suas diferenças na questão agrícola em um acordo chamado informalmente de “Blair House”.
Julho de 93	Tokyo: O grupo chamado “quad”, formado por Canadá, Estados Unidos, Japão e União Européia alcançam um acordo chave na área de acesso a mercados.
Dezembro de 93	Geneva: A maioria das negociações terminam.
Abril de 94	Marrakesh: Os acordos são assinados.
Janeiro de 95	Geneva: Criação da Organização Mundial do Comércio, acordos começam a surtir efeitos.

Fonte: WTO. Understanding the WTO. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm> 3. ed. August 2003. Acesso em: 05 ago. 2006.

Dentre os principais resultados alcançados, cristalizados no acordo de Marrakesh, podemos citar

i) um corte médio nas tarifas de 37% e o aumento das linhas de produtos com tarifas consolidadas; ii) o aperfeiçoamento dos instrumentos de defesa comercial, com a negociação de um Acordo sobre Salvaguardas e o aperfeiçoamento dos Códigos sobre Subsídios e Medidas Antidumping; iii) a integração dos produtos agropecuários ao sistema multilateral de comércio e a redução das barreiras não tarifárias; iv) a incorporação de produtos têxteis ao sistema multilateral de comércio, com a eliminação do Acordo Multifibras, de 1974, em 10 anos, a partir de 1995, obedecendo ao calendário previamente acordado; v) o estabelecimento do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), que se constitui o primeiro conjunto de normas que contempla esta matéria; vi) a garantia dos direitos de propriedade intelectual, através do Acordo Sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPs); vii) a instituição de Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMs); viii) o estabelecimento de um Mecanismo de Revisão de Política Comercial dos países membros; e x) a criação da Organização Mundial do Comércio, que iniciou suas atividades em 1 de janeiro de 1995.⁶

2.2 O REGRAMENTO JURÍDICO DA RODADA DO URUGUAI

Com a criação da OMC, algumas características do GATT foram mantidas – principalmente o da busca pelas reduções tarifárias. A característica da regulamentação do comércio internacional pela via dos acordos, foi uma inovação trazida pela Rodada do Uruguai, já que as rodadas anteriores focavam basicamente na redução tarifária. Além disso, agora, com a criação da OMC, temos uma organização com personalidade jurídica internacional, capaz de realizar suas funções reguladoras do comércio internacional por meio de seus institutos e acordos constitutivos.

Os institutos são dois: 1) O Órgão de Solução de Controvérsias, visando a solução de conflitos através de regras próprias contidas no anexo 2 dos acordos da Rodada do Uruguai e, 2) O Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais, que possui a função de examinar periodicamente a legislação dos Estados Membros para verificar se estas se encontram em conformidade com as regras internacionais, reforçando o *confidence building process*, uma vez que permite maior transparência. Este mecanismo, por sua vez, encontra-se no Anexo 3 dos Acordos da Rodada do Uruguai.

⁶ BARRAL, Welber; REIS, Geraldo. **Globalização e O Novo Marco Regulatório do Comércio Internacional**: a inserção brasileira. Ensaio FEE, ano 20. n. 1. 1999.

O acordo que constituiu a OMC é formado por quatro Anexos. Abaixo temos especificado quais são estes anexos e o que cada um regula⁷.

ANEXO 1 – Acordo Sobre Comércio de Bens

- GATT 1994
- Entendimento sobre Empresas Estatais art. VII do GATT 1994;
- Entendimento sobre balanços de pagamento;
- Acordo sobre a Implementação do art. VI do GATT 1994;
- Acordo sobre Agricultura;
- Protocolo de Marrakesh;
- Acordo sobre Têxteis e Vestuário;
- Acordo Sobre Barreiras Técnicas ao Comércio;
- Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio;
- Acordo sobre a Inspeção Pré-Embarque;
- Acordo sobre Regras de Origem;
- Acordo sobre Procedimentos para o Licenciamento de Importações;
- Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias;
- Acordo sobre Salvaguardas

Anexo 1B (GATS) – Acordo Geral Sobre Comércio e Serviços

Anexo 1C (TRIPs) – Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio de Direitos de Propriedade Intelectual

ANEXO 2 - Entendimento sobre Solução de Controvérsias

ANEXO 3 - Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais – TPRM

ANEXO 4 - Acordos Plurilaterais de Comércio

⁷ BARRAL, Welber; REIS, Geraldo. **Globalização e O Novo Marco Regulatório do Comércio Internacional**: a inserção brasileira. Ensaio FEE, ano 20. n. 1. 1999. p. 26.

2.3 PRINCÍPIOS DO SISTEMA OMC

Os acordos da OMC cobrem diversas áreas de atividades comerciais: têxteis, agricultura, telecomunicações, compras governamentais, propriedade intelectual, etc. Deste amplo leque de matérias, surge uma estrutura normativa vasta, que são regidas por alguns princípios, não taxativos, cuja abordagem varia na doutrina. Falar dos princípios se faz necessário principalmente pelo fato de que estes são peças fundantes do sistema multilateral de comércio.

2.3.1 Princípio da Não Discriminação

O princípio da não discriminação, na verdade, se subdivide em dois: O princípio da nação mais favorecida e o princípio do igual tratamento nacional. O princípio da nação mais favorecida foi a regra inicial trazida com a formação do GATT. Essencialmente, quando um tratamento mais benéfico é concedido a um produto de um determinado Estado, este benefício deve ser concedido a todos os demais países signatários do protocolo de Marrakesh. Este princípio visa a não discriminação entre os países parceiros do sistema de comércio da OMC e encontra-se no Artigo I do GATT, Artigo II do GATS e Artigo 4 as TRIPs.

Algumas exceções são possíveis, o que faz o tema dos princípios algo contraditório na doutrina. Por exemplo, alguns doutrinadores entendem que acordos de livre comércio entre um grupo de países não estaria violando o princípio da não discriminação – apesar de que ao aplicarem tarifas diferenciadas para os integrantes do grupo, está de fato ocorrendo discriminação de produtos que venham de fora. Há ainda a possibilidade de concessão de preferências tarifárias para países em específico. Ocorre, por exemplo, com o SGP – Sistema Geral de Preferências – dos EUA. Trata-se de um acordo que concede tarifas mais benéficas a produtos que possuam origem em países em desenvolvimento. Em 2005, o Brasil exportou para os Estados Unidos pouco mais de US\$ 3,6 bilhões em mercadorias que se enquadraram no acordo de preferências tarifárias, mais de 15% do total de US\$ 22 bilhões embarcados para aquele país, segundo o Ministério do Desenvolvimento, em Brasília. O melhor entendimento está em considerar que, na verdade, se está

privilegiando o princípio da liberalização ao princípio da nação mais favorecida, uma vez que os acordos em bloco estimulam o comércio entre estes países.

Já o princípio do igual tratamento nacional, trata-se de uma abordagem interna – já que o princípio anteriormente visto se localiza na esfera da política externa dos países. O produto importado, antes de entrar no mercado nacional de um país específico, está sujeito a tributação. Quando tributado e já dentro das fronteiras do país, este produto não pode sofrer qualquer tipo de tratamento desigual em relação aos produtos nacionais. Este princípio pode ser encontrado no Artigo 3 do GATT, Artigo 17 do GATS e Artigo 3 do TRIPS.

2.3.2 Princípio da Liberalização do Comércio

Pode-se dizer que este princípio é a razão para a existência do GATT e, agora, da OMC. Com a onda globalizante, acredita-se que a integração mundial mais intensa, via queda de barreiras protecionistas, causará uma intensificação do comércio e uma melhor distribuição de renda. Locais politicamente instáveis, com grande concentração de população e pobreza como a região sul da Ásia envolvendo Paquistão, Bangladesh seriam altamente beneficiados caso houvesse uma redução das barreiras tarifárias que impedem que seus produtos atinjam o mercado externo.

O princípio da liberalização do comércio acaba sendo causa para justificar a aparente violação de outros princípios gerais. Por exemplo, a união dos países em blocos, zonas de livre comércio é permitida, uma vez que isto está estimulando a liberalização do comércio, mesmo sendo apenas intra-bloco e beneficiando apenas os países que compõe tal zona. Esta possibilidade já era prevista no Acordo do GATT de 1947, em seu Artigo XXIV. Percebe-se uma aparente violação do princípio da cláusula da nação mais favorecida, que preconiza que um benefício quando estendido a um país, deve ser aplicado a todos os demais. No caso de uma Zona de Livre Comércio, ou em caso de uma União Aduaneira, os benefícios só são estendidos aos países partícipes, discriminando os demais. Trata-se de uma exceção a cláusula da nação mais favorecida.

2.3.3 Princípio da Transparência/Previsibilidade

Peter Sutherland já observava que, desde a origem da OMC, o patrimônio da organização não são os recursos, mas sim a credibilidade, a aceitabilidade e a observância de suas normas.⁸ O Artigo X do GATT, estabelece que leis, regulamentos, decisões judiciais e administrativas, bem como acordos afetando o comércio internacional entre países, devem ser publicados, para que todos possam tomar ciência de tais acontecimentos. A publicidade dos atos corrobora o princípio da transparência, uma vez que nada é feito sem o amplo conhecimento dos demais parceiros comerciais.

O princípio da transparência rege as relações entre OMC, Estados Membros e o funcionamento interno da organização. A existência do Mecanismo de Revisão de políticas comerciais⁹ é uma das consequências da existência e aplicação do princípio da transparência. Este princípio também é chamado de princípio da previsibilidade. Retirar uma barreira comercial é tão importante quanto a garantia de que uma barreira não será arbitrariamente levantada. Aqui cabe lembrar que nem sempre barreiras comerciais são prejudiciais. Algumas delas são necessárias por razões de saúde pública, por exemplo. Exceções ao princípio da liberalização do comércio estão delimitadas pelo princípio da proibição do comércio predatório.

De qualquer maneira, a previsibilidade, a segurança jurídica, garante aos empresários um meio em que a estabilidade é observada, estimulando investimentos e gerando, por consequência, mais empregos e renda. Atualmente, na agricultura, todos os produtos possuem as chamadas *bound tariffs* que seriam as tarifas máximas que podem ser aplicadas a um determinado produto. Isto traz segurança aos empresários, uma vez que as *bound tariffs* até podem ser desrespeitadas, mas não sem a compensação por qualquer perda que decorra de tal aumento.

⁸ LAFER, Celso. **A OMC e a Regulamentação do Comercio Internacional**: uma visão brasileira. São Paulo: Livraria do Advogado, 1998. p. 110.

⁹ Órgão responsável por observar e fiscalizar todas as novas medidas que afetam o comércio de um país membro tanto em âmbito doméstico quanto em âmbito internacional.

2.3.4 Princípio da Proibição do Comércio Predatório

Nem sempre o ganho econômico por si só traz vantagens a um determinado país. Em algumas situações, além do lado econômico, aspectos políticos e sociais possuem um peso a ser considerado no momento de impor barreiras alfandegárias ou de derrubá-las. Desta maneira, o princípio da proibição do comércio predatório traz situações que devem ser observadas pelos países participantes da OMC, para que não haja distorção do comércio, bem como violação de valores de segurança nacional e desenvolvimento interno. Pode-se verificar uma carga negativa neste princípio, uma vez que quando aplicado, gera restrições ao princípio da liberalização.

Assim sendo, podemos apontar três aspectos do princípio em questão. O primeiro deles, seria o aspecto econômico, onde instrumentos de defesa comercial foram regulamentados. Aqui estamos tratando de institutos como o antidumping, as medidas compensatórias contra subsídios e as salvaguardas, visando a proteção da indústria nacional, sem a distorção do sistema de comércio internacional.

Outro aspecto que influencia o sistema é o político. Medidas de proteção ao balanço de pagamentos¹⁰ e a segurança interna, seriam exemplos de como este aspecto poderia influenciar.

Por último, o dano social, presente no GATT em seu artigo XX, dispõe de mecanismos de defesa à moral pública, ao ser humano, à saúde, aos tesouros nacionais, sejam eles artísticos, históricos ou arqueológicos. Fomentar o desenvolvimento de áreas específicas da economia nacional também se encontra protegido, através dos subsídios da caixa verde, por exemplo. Baseado neste aspecto que se deu a quebra de patentes de remédios contra a AIDS, observando o artigo 8.1 do TRIPs, que assegura aos países, durante o processo legislativo, adotar medidas necessárias para proteger a saúde pública.

Assim, estes três aspectos demonstram três naturezas de prejuízos excessivos, aos quais os países não devem se submeter, mesmo que transgredindo o Princípio da Liberalização.

¹⁰ GATT – Artigo XIII.

3 RODADA DE DOHA

3.1 OBJETIVO

Depois da criação da OMC, algumas Reuniões Ministeriais já ocorreram. Dentre elas podemos citar: Singapura 9-13 de Dezembro de 1996, Geneva, 18 a 20 de maio de 1998, Seattle 30 a 3 de Dezembro de 1999, Doha 9 a 14 de novembro de 2001, Cancún, 10 a 14 de Setembro de 2003 e Hong Kong 13 a 18 de dezembro de 2005.

Doha foi a quarta reunião ministerial oficial da era OMC. Estas reuniões ocorrem pelo menos uma vez a cada dois anos, conforme o estabelecido pelo Acordo de Marrakesh.

Essencialmente a Rodada de Doha foi lançada com um objetivo: a eliminação de todas as tarifas, subsídios e outras barreiras que impeçam o livre fluxo de mercadorias entre as nações, tendo por conseqüências o aumento do padrão de vida da população mundial, a redução da pobreza, e a extinção das iniquidades do sistema de comércio, estimulando a estabilidade mundial.

Os ganhos resultantes da liberalização do comércio internacional são certos. Estudos mostram que 50 anos de globalização fizeram os EUA mais ricos em USD 1 trilhão por ano, ou cerca de USD 9 mil de riqueza, em média, por família americana, por ano. O economista do Banco Mundial, David Dollar, estima que a globalização tirou cerca de 375 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha de pobreza nos últimos 20 anos.¹¹

Os benefícios não são apenas econômicos. A liberalização do comércio, via de regra, acarreta também em regimes políticos mais liberais. Se não liberais, mais transparentes, já que um conjunto de regras devem ser observadas, estimulando o Estado de Direito e o respeito à propriedade que, por sua vez, acaba por aumentar a estabilidade. Neste sentido, a postura dos Estados Unidos em bloquear as negociações de Doha, prestam um desfavor a eles próprios, já que a estabilidade mundial, está como uma das grandes prioridades do atual governo.

¹¹ HILLS, A. Carla. The Stakes of Doha. **Foreign Affairs**, Dez. 2005, WTO Special Edition.

3.2 O FIM DA RODADA DE DOHA E SEUS IMPACTOS

Most Americans have no idea that poor countries are required to pay higher tariffs on their exports than wealthy countries. They would be astonished to learn that last year Mongolia paid the United States \$13 million more in tariffs on its \$240 million of exports than Norway paid on its \$6.5 billion of exports, or that Washington collects roughly the same amount of tariffs from Bangladesh on its \$2 billion of exports than it does from France on its \$30 billion of exports.¹²

A paralisação da Rodada de Doha, anunciada em 25 de julho de 2006, traz inúmeros impactos ao sistema de comércio mundial em diversos aspectos. Algumas das perdas com um eventual fim da rodada, podem ser exemplificadas a seguir¹³:

- a) O ganho com corte nas tarifas, nos subsídios e outras medidas para estimular o comércio chegaria a USD 260 bilhões por ano, segundo estimativa do Banco Mundial;
- b) A União Européia calculou ganho de USD 126 bilhões por ano para a economia mundial com a liberalização;
- c) Relatório da OMC diz que a eliminação de subsídios à exportação, marcada para 2013, daria ganho de USD 3,5 bilhões ao Brasil;
- d) O impacto sobre o número de pessoas que sairia da linha de pobreza globalmente varia de 72 milhões a 446 milhões, dependendo do modelo utilizado;
- e) A ameaça dos subsídios altos continua: sem a rodada, os Estados Unidos tem o direito de dar subsídios totais de USD 48.2 bilhões e a União Européia de 110 bilhões de euros. Nas ofertas na mesa, os EUA aceitavam cortar 53% e a EU aceitava corte de 75%. A maior ameaça é dos EUA, que vão reformar sua lei agrícola;
- f) A proliferação de acordos bilaterais e regionais, discriminando países que não sejam signatários de tais acordos;
- g) União Européia e EUA buscam acordos mais ambiciosos com países individualmente. Empresários temem multiplicação de regras comerciais

¹² HILLS, A. Carla. The Stakes of Doha. **Foreign Affairs**, Dez. 2005, WTO Special Edition.

¹³ MOREIRA, Assis. Amorim rejeita estratégia de acordos bilaterais e diz que OMC ainda é prioridade. **Jornal Valor Econômico**, Caderno Brasil, p. A3, 25 jul. 2006.

diferentes, aumentando o número de conflitos e conseqüentemente, custos.

Ministros e Pascal Lamy¹⁴ concordam que o colapso das negociações vai levar os países a tentar obter através de disputa o que não conseguiram nas negociações, acarretando um aumento dos conflitos.

O que causa maior preocupação é a transformação da OMC de um foro negociador, para um foro contencioso, uma vez que o aumento dos conflitos, sem a rodada, é algo certo. Para o Brasil, ainda há um outro agravante: a diplomacia brasileira fez todas as suas apostas em negociações via OMC, não realizando nenhum acordo bilateral de preferências. Sem Doha, O Brasil ficou sem fechar nenhum acordo importante para seus exportadores. Celso Amorim¹⁵ reitera que a estratégia de acordos bilaterais não seria adequada ao Brasil, mas diante ao fracasso de Doha, já sinaliza com a retomada nas negociações bilaterais Mercosul – EU. Diplomatas, contudo, assumem uma posição realista ao constatar que a razão do entrave de Doha é a mesma razão do entrave das negociações com a União Européia – a questão agrícola.

O Brasil já possui em andamento conversas para acertar um acordo de preferências tarifárias com a Índia e a África do Sul. Contudo, o resultado prático destes acordos será mínimo, quando comparados com os resultados que poderiam surgir de um acordo mais amplo, via OMC. Além disso, países com perfil semelhantes ao Brasil, como o México, possui 42 acordos bilaterais em vigor¹⁶, muitos dos quais de livre comércio com países específicos. Fernando de Mateo¹⁷, embaixador mexicano acha, contudo, que os acordos bilaterais não são a solução.

A Rodada de Doha foi lançada 2 meses após os atentados terroristas de 11 de Setembro, período no qual se discutiu intensamente até onde a pobreza cria condições hostis a paz. Além disso, a bandeira da redução da pobreza foi um atrativo – tanto que esta rodada de negociações recebeu o “apelido” de “A Rodada

¹⁴ Ex-comissário da União Européia e atual diretor da OMC.

¹⁵ Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

¹⁶ MOREIRA, Assis. Amorim rejeita estratégia de acordos bilaterais e diz que OMC ainda é prioridade. **Jornal Valor Econômico**, Caderno Brasil, p. A3, 25 jul. 2006.

¹⁷ Em entrevista ao **Jornal Valor Econômico**, afirmou o embaixador: “Temos 42 acordos desse tipo e amortizamos o impacto do fiasco de Doha, mas precisamos de um sistema multilateral que dê confiança a economia”. MOREIRA, Assis. Amorim rejeita estratégia de acordos bilaterais e diz que OMC ainda é prioridade. **Jornal Valor Econômico**, Caderno Brasil, p. A3, 25 jul. 2006.

do Desenvolvimento” – já que estes países eram sépticos quanto aos reais benefícios que uma nova rodada de negociações poderiam trazer.

Essencialmente, as negociações em andamento visam remover as diferenças que distorcem gravemente o sistema de comércio mundial. O paradoxo está no fato de que as tarifas são muito mais altas em mercadorias produzidas pelos países mais pobres do que as tarifas cobradas pelos produtos produzidos pelos países ricos. Carla A. Hills afirma em seu artigo *Stakes at Doha*¹⁸ que

even in the United States, where tariffs average less than two percent, the tariffs on the goods that most poor countries export -- footwear, vegetables, fruit juices, peanuts, and sugar -- range from 40 percent to over 100 percent. The tariffs in other countries are even worse; some levy tariffs of up to 1,000 percent on some farm goods.

Movimentos antiglobalizantes ou anticapitalistas tem a tendência de culpar exclusivamente os países mais ricos pela distorção que há no sistema de comércio mundial. Oportunamente, afirma A. Hills que *“half of the burden on poor countries’ exports results from restrictions imposed by other poor countries”*. Isto corrobora a idéia de que a eliminação das barreiras deve acontecer de forma sincronizada, envolvendo todos os países participantes da OMC.

A conclusão de rodadas de negociações multilaterais nunca foi fácil. Exemplo disto está no fato de que a Rodada do Uruguai durou o dobro do tempo do que foi inicialmente previsto. A OMC com 148 membros deve lidar com uma diversidade de interesses imensa, e equacionar tudo isso demanda tempo. Desta maneira, Peter D. Sutherland¹⁹, ex Diretor Geral do GATT de 93 a 95 e o primeiro Diretor Geral da recém formada OMC, descreve que o jogo de forças dentro da Organização pode ser estruturado de uma maneira bem clara. De um lado existe a “velha guarda” formada por Estados Unidos e União Européia.

Os negociadores norte-americanos, munidos do *fast track*²⁰ tem mostrado um protecionismo menor que o da União Européia durante as negociações. A

¹⁸ HILLS, A. Carla. The Stakes of Doha. **Foreign Affairs**, Dez. 2005, WTO Special Edition.

¹⁹ SUTHERLAND, D. Peter. Correcting Misperceptions. **Foreign Affairs**, Dez. 2005. WTO Special Edition.

²⁰ O *fast track* – terminologia utilizada antes de 2002 - ou *TPA, trade promotion authority* – terminologia atual - trata-se de uma autorização do congresso Americano, dada ao atual presidente, George W. Bush, para negociar acordos comerciais e submete-los ao congresso para votação, mas sem a possibilidade de emendas.

expansão da comunidade para 25 membros, havendo dentro dos “*new-comers*” países agrícolas em desenvolvimento, faz com que as previsões de manutenção dos subsídios europeus para seus produtores se torne realidade. Já é de conhecimento público que até 2012, a União Européia terá que manter o mesmo orçamento dentro da Política Agrícola Comum – PAC²¹ - para assistir os fazendeiros da nova Europa expandida.

A “nova onda” traz a velha guarda, Canadá, Japão e dois representantes influentes do mundo em desenvolvimento: Índia e Brasil. Percebe-se uma clara divisão de interesses entre os principais *players*. Austrália se junta ao grupo que procura maior flexibilização das tarifas agrícolas, Japão e Suíça são exemplos de países que querem manter suas altas barreiras comerciais – até mesmo para evitar uma forte crise interna social.

Destaca-se aqui o surgimento do G-20²² durante a Reunião Ministerial de Cancún, formado pelos principais países com interesse na questão agrícola. Liderados por Brasil e Índia, EUA e União Européia, que já haviam escrito a proposta base para a declaração da conferência, acabaram tendo a experiência de uma dura reação do G-20, que surgiu com uma proposta alternativa de reforma. Esta iniciativa acabou por gerar o surgimento de outros grupos de interesse. O G-10, formado pelo grupo de nações mais ricas, incluindo países como Japão, Coreia do Sul, Noruega, fazendo um grupo de pressão pela manutenção dos altos níveis de subsídios. No outro extremo, o G-33, formado pelos países pobres da OMC.

Leonardo Arquimino de Carvalho²³ apresenta uma classificação didática a respeito dos *players* dentro das questões agrícolas. Segundo ele, haveria 3 grupos. O primeiro, “os verdadeiramente liberais” formado basicamente pelo grupo de

²¹ Dentre os objetivos da PAC – surgida no início da década de 60 – podemos citar: assistir na manutenção do padrão de vida dos agricultores, preservar a “cultura” rural e produtos de qualidade que serão depois consumidos, preservar valores de segurança alimentar, preservação do meio ambiente, etc.

²² G20 ou Grupo dos 20 é formado por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Venezuela e Zimbábue.

²³ CARVALHO, Leonardo Arquimino de. O Futuro da Agricultura. In: BARRAL, Welber (org). **O Brasil e a OMC - os interesses brasileiros e as negociações multilaterais**. Curitiba: Juruá, 2002.

Cairns²⁴, seria o grupo de países que possuem uma agenda de negociações mais ambiciosa. Os “liberais retóricos” seriam um “grupo” de um só membro: os EUA, onde predomina um discurso liberal, mas uma prática protecionista. Percebe-se que os que encabeçam a política externa americana, até entendem a necessidade e defendem a liberalização do comércio. Porém, este tema enfrenta grave resistência interna. Com empresas realizando *outsourcing*²⁵ de suas atividades, os americanos entendem que liberalizar significaria perder mais empregos em troca de algo não muito certo. Estudos desmentem esta idéia, mas a mídia tem exercido um poder sensacionalista muito grande quanto ao impacto das transferências de empregos da área de tecnologia para países como a Índia e China. O último grupo que podemos citar seria o dos “protecionistas” formado por um grupo de países com grande peso no comércio agrícola mundial. Estes procuram manter suas políticas da maneira que estão. Dentre os países classificados como protecionistas, podemos citar, Noruega, Suíça, Islândia, os países integrantes da União Européia, e os industrializados da Ásia, como Japão e Coréia do Sul.

Estes grupos, através das negociações, tentam fazer prevalecer seus interesses. A princípio, com o entrave da Rodada, parece prudente dizer que o grupo dos protecionistas acabam saindo vitoriosos, uma vez que o *status quo* se mantém. Países como França, Suíça, Japão, lidam com um custo social muito alto, caso a liberalização do comércio agrícola ocorra. Estes países seriam inundados com produtos mais baratos vindos de países mais pobres e seus agricultores seriam

²⁴ Trata-se de uma associação, não institucional, criada em 1986 e formada pelos maiores exportadores agrícolas. Recebeu este nome por ter surgido na cidade de mesmo nome, na Austrália. Sua criação se deu durante a Rodada do Uruguai, com o objetivo de pressionar as negociações no sentido de uma maior liberalização comercial do setor agrícola. Engloba países tanto em desenvolvimento, quanto desenvolvidos. O grupo conta com 17 membros, sendo eles: África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paraguai, Tailândia e Uruguai.

²⁵ *Outsourcing* trata-se de um tema muito sensível para os americanos. Grandes companhias visando redução de custos operacionais tem desativado suas operações do território americano e estão transferindo-as para países com custos mais baixos. O *outsourcing* além da vantagem de redução de custos traz também a vantagem da centralização de tarefas que antes eram descentralizadas e demandavam alto custo, tanto em pessoal, fiscalização e manutenção. A maior empresa petroleira do mundo – a ExxonMobil – traz um exemplo interessante para o caso. O resultado do *outsourcing* rendeu 4 centros mundiais de apoio aos negócios da companhia. Argentina, Brasil, República Tcheca e Tailândia hoje centralizam a maior parte das operações da empresa. No Brasil, na cidade de Curitiba, observa-se uma estrutura que iniciou com 200 pessoas e hoje já alcança um pool de 1000 empregados. Departamentos não são desativados apenas nos EUA. Funções antes presentes em todos os países da América Latina agora estão migrando e sendo realizadas desde a capital do Paraná. Os EUA têm verificado uma intensa migração de atividades para países como a Índia, China e Tailândia.

forçados a buscar outra atividade. O outro lado da moeda está no fato de que países como Guatemala, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, poderiam ter suas receitas aumentadas, uma vez que os produtos – ou o produto – de sua pauta de exportações, se concentra no setor agrícola. Segundo Carla A. Hills, Estados Unidos, Europa e Japão, gastam cerca de 7 bilhões de dólares, por ano, para subsidiar seus produtores de açúcar, uma soma muito maior que toda a receita ganha pelos mais eficientes produtores de açúcar nos países em desenvolvimento. Segundo ela, 1 milhão de empregos poderiam ser criados nos países em desenvolvimento, caso 15 milhões a mais de toneladas, conseguissem transpor as barreiras protecionistas.

4 SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC

*“The priority is to settle disputes, not to pass judgment.”*²⁶

Os esforços para a regulamentação do comércio mundial vem desde a criação do GATT. Contudo, as soluções de controvérsias anteriores a OMC possuíam deficiências em vários aspectos, dentre os quais podemos citar i) a falta de efetividade das decisões alcançadas; ii) a dificuldade de se alcançar um entendimento justo e técnico, uma vez que o resultado alcançado pelos painéis²⁷ deveria ter aprovação por consenso, o que permitia a parte perdedora do contencioso bloquear a aprovação do relatório do painel. Agora, o estabelecimento dos painéis ainda continua em prática, com o diferencial de que suas decisões são efetivas e cogentes, só sendo passíveis de reformulação caso haja apelação ou caso ocorra o chamado “consenso negativo” que seria a decisão de todos os membros – inclusive do ganhador da contenda – em rejeitar a adoção do relatório proposto pelos especialistas, durante o painel²⁸.

Tatiana Lacerda Prazeres, resume as principais mudanças trazidas pelo ESC²⁹ da seguinte maneira “i) *unificação de procedimentos*; ii) *inversão da regra do consenso*; iii) *criação de um Órgão de Apelação*.”³⁰ Além disso, trata-se de um mecanismo onde há o chamado *rule of law*, garantindo maior estabilidade, transformando o comércio internacional em um sistema mais previsível e seguro, aspectos relevantes para os empresários que investem nesta área.

²⁶ WTO. **Understanding the WTO**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm> 3. ed. August 2003. Acesso em: 05 ago. 2006.

²⁷ Espécie de “tribunal” composto por especialistas que examinam o caso concreto e chega a uma conclusão de quem está certo e quem está errado.

²⁸ Art. 164 do DSU, “*Within 60 days after the date of circulation of a panel report to the Members, the report shall be adopted at a DSB meeting unless a party to the dispute formally notifies the DSB of its decision to appeal or the DSB decides by consensus not to adopt the report. If a party has notified its decision to appeal, the report by the panel shall not be considered for adoption by the DSB until after completion of the appeal. This adoption procedure is without prejudice to the right of Members to express their views on a panel report.*” Para melhor entendimento, DSB, “*Dispute Settlement Body*”, ou, OSC, “*Órgão de Solução de Controvérsias*, que será analisado mais detalhadamente adiante”.

²⁹ Tatiana Lacerda Prazeres usa a nomenclatura “ESC” para se referir ao “Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre solução de controvérsias. Durante este trabalho, usaremos a nomenclatura “DSU” ou seja, “*Dispute Settlement Understanding*”, fazendo referência a terminologia oficial utilizada na OMC.

³⁰ PRAZERES, Tatiana Lacerda. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Weber (org). **O Brasil e a OMC – os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. São Paulo: Aduaneiras, 2000. p. 47.

Neste ponto deve-se lembrar que o sistema internacional de comércio está contido nas normas de direito internacional. Estas normas, por sua vez, não são oriundas de um legislador central que é responsável pela criação das normas. No Direito Internacional os Estados ocupam os dois lados da moeda: são ao mesmo tempo criadores de leis internacionais quanto sujeitos para estas mesmas normas. Estamos falando de um sistema igualitário onde normas criadas por diferentes estados possuem o mesmo valor. Rousseau já dizia que o Direito Internacional é a lei da cooperação, não da subordinação. Joost Pauwelyn em seu artigo a respeito do papel do Direito Internacional Público na Organização Mundial do Comércio escreve que as regras/tratados da OMC são partes integrantes das normas de direito internacional público, sendo estas apenas um ramo especializado, assim como as normas de direitos humanos.³¹

Desta interpretação, Joost Pauwelyn aponta que à parte que sofre investigações por estar infringindo alguma regra da OMC deveria ser permitido invocar regras não pertencentes à Organização Mundial do Comércio, como justificativa para quebrar acordos da OMC, mesmo se o tratado em questão, não oferecer tal justificativa. Assim, o Direito Internacional Público preenche as lacunas deixadas abertas por tratados da OMC e estes tratados, por sua vez, devem ser interpretados a luz de outras regras de Direito Internacional.

A título de ilustração, pode-se demonstrar o caso de disputa mais recente em que o Brasil é réu na OMC. Trata-se das Medidas Relativas à Importação de Pneus Reformados³² onde a Comunidade Européia questiona a proibição da importação de tais produtos. A defesa brasileira tem se baseado sob dois aspectos: a necessidade de proteção do meio ambiente e da saúde pública. Pneus já usados possuem um ciclo de vida menor, se transformando em lixo mais rapidamente. O ponto de interesse aqui é a argumentação Européia de que o Brasil estaria ferindo o princípio da não discriminação, já que o Brasil autoriza a importação de tais bens dos países do Mercosul. Isso segundo a União Européia está ocorrendo de “forma arbitrária ou injustificável”. Em sua defesa o Brasil argumenta que esta proibição não

³¹ PAUWELYN, Joost. The Role of Public International Law in the WTO: How Far Can We Go? **The American Journal of International Law**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/public.pdf> Acesso em: 05 set. 2006. p. 538.

³² Disputa identificada pelo número WT/DS332, que teve a primeira audiência perante o painel entre os dias 5 e 7 de julho de 2006, em Genebra.

pode ser estendida a Argentina, Paraguai e Uruguai, uma vez que já houve decisão dentro do sistema de controvérsias do Mercosul, desfavorável ao Brasil, autorizando tais importações³³.

Assim, fazendo referência ao fato de que as normas da OMC estão dentro de um sistema maior de Direito Internacional Público, afirma o Brasil em sua defesa:

A decisão do Brasil de isentar os países do Mercosul do banimento foi, assim, tomada em cumprimento das suas obrigações de direito internacional e de acordo com o laudo arbitral de um tribunal internacional. Sob tais circunstâncias, a isenção – à qual, comporta enfatizar, o Brasil se opôs ao longo do processo perante o tribunal do Mercosul – não pode ser caracterizada como discricionária, baseada em mera opinião ou preferência, caprichosa, imprevisível, inconsistente, despótica, tirânica, legalmente injustificada, injusta, irrazoável, incorreta, ou indefensável. Conclui-se que, ainda que a isenção se aplique apenas à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai, e não a outros Membros da OMC, tal aplicação não é “arbitrária” nem “injustificável.” Muito pelo contrário, a isenção é uma expressão da aderência do Brasil ao império da lei. É, outrossim necessária para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos que não são incompatíveis com o [GATT].³⁴

Este entendimento encontra-se cristalizado no artigo 3.2 do DSU³⁵. Flávio Marega, conselheiro e coordenador de contenciosos do Ministério das Relações exteriores em Brasília, afirma que o Mecanismo de Soluções de Controvérsias -

³³ “A isenção foi introduzida através da Portaria SECEX No. 2 de 8 de março de 2002, depois que o Uruguai venceu o contencioso contra o Brasil no sistema de solução e controvérsias do Mercosul. O Uruguai solicitou ao tribunal que ordenasse a retirada do banimento brasileiro, que proibia a importação de certos tipos de pneus reformados (viz., pneus remoldados) provenientes do Uruguai. O Brasil, de outro lado, argumentou perante o tribunal que tinha o direito de manter a proibição de todas as importações de pneus reformados, independentemente do país de origem, incluindo as importações provenientes dos países do Mercosul, porque o banimento era meramente a continuação de uma medida existente. O tribunal discordou dos argumentos brasileiros e decidiu, ao contrário, que a aplicação da proibição das importações aos países do Mercosul nos termos da Portaria No. 8/00 era contrária à Decisão CMC No. 22 de 29 de junho de 2000, que proíbe a adoção de novas medidas restritivas ao comércio entre os países do Mercosul. O Brasil foi, assim, obrigado, sob o Tratado de Assunção e seus Protocolos de Brasília e Ouro Preto, a legislação brasileira que os implementou, a Decisão CMC N. 22/00, e o laudo arbitral do tribunal do Mercosul, a isentar os países do Mercosul do banimento das importações. Item 137 da petição inicial do Brasil no caso das medidas de importação de pneus reformados.

³⁴ Item 138 da petição inicial do Brasil no caso das medidas de importação de pneus reformados.

³⁵ “*The dispute settlement system of the WTO is a central element in providing security and predictability to the multilateral trading system. The Members recognize that it serves to preserve the rights and obligations of Members under the covered agreements, and to clarify the existing provisions of those agreements in accordance with customary rules of interpretation of public international law. Recommendations and rulings of the DSB cannot add to or diminish the rights and obligations provided in the covered agreements.*”

MSC³⁶ - “constitui o Direito Processual da organização, estabelecendo os procedimentos que devem ser seguidos pelos Membros quando da existência de conflitos relacionados à violação de Direito Material estabelecido nos acordos”.³⁷

Esta segurança jurídica trazida com o sistema de solução de controvérsias pós Rodada do Uruguai é de especial importância para o Brasil, uma vez que o país participa ativamente dos contenciosos da Organização Mundial do Comércio, estando apenas atrás dos grandes litigantes: Estados Unidos, União Européia e Canadá³⁸. Além disso, as decisões emanadas do sistema de solução de conflitos possui a característica da coação³⁹, algo que não se observa em outras organizações. Decisões da Assembléia Geral da ONU, por exemplo, devem contar com a boa vontade dos Estados Membros, para possuírem efetividade prática. Caso uma decisão não seja cumprida, o Órgão de Solução de Controvérsias pode autorizar retaliações e suspensão de benefícios, como forma de coagir o Estado demandado a obedecer à decisão do relatório do painel.

4.1 SISTEMA DO ANTIGO GATT

A principal característica do antigo sistema de solução de controvérsias, era a sua falta de efetividade. As controvérsias eram resolvidas diplomaticamente, com consultas bilaterais e grupos de trabalho. Percebe-se aqui uma fase em que se tentava apenas uma mediação do conflito e não a sua solução propriamente dita. Em 1950, ocorreu uma importante mudança nestes procedimentos, sendo adotado a estrutura de painéis com peritos. Neste ponto, observa-se uma importante mudança

³⁶ Da sigla em Inglês, DSB “*Dispute Settlement Body*”.

³⁷ MAREBGA, Flavio. **O governo brasileiro e o setor privado no contencioso Brasil/EUA sobre algodão**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/cgc.asp> Acesso em: 10 ago. 2006.

³⁸ MAREBGA, Flavio. **O governo brasileiro e o setor privado no contencioso Brasil/EUA sobre algodão**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/cgc.asp> Acesso em: 10 ago. 2006.

³⁹ *Binding* do inglês.

de uma atmosfera essencialmente negocial de diplomacia multilateral para um ambiente mais arbitral ou judicial⁴⁰.

A prática criou a necessidade de aprovação do relatório do painel pelo conselho de representantes do GATT⁴¹, o que não estava previsto no acordo original. A adoção de tal procedimento fez com que o relatório do painel só tivesse efetividade após a aprovação do Conselho por unanimidade de seus membros. Aqui se localizava a grande deficiência do sistema de solução de controvérsias do GATT: a exigência de consenso, no momento da instauração do painel e no momento da aprovação do relatório do painel. Como o membro vencido na disputa específica também fazia parte do conselho, a possibilidade de bloqueio do relatório do painel era grande, assim como o próprio bloqueio da instauração do painel em si. Segundo Jackson, “este ‘bloqueio’ era considerado o mais significativo defeito no procedimento do GATT”⁴².

Em síntese, Jackson aponta as principais falhas do sistema de solução de controvérsias do GATT, de forma didática. Estes seriam:

- a) linguagem vaga, com procedimentos não claros;
- b) indefinição do poder dado as partes no momento de decisão – o que abriu a possibilidade da prática do consenso;
- c) *blocking defect* – já na fase da adoção do painel, em que o acusado poderia criar-lhe obstáculos, já que se exige o consenso;
- d) segundo e mais sério, o *blocking defect*, em que a parte perdedora do painel poderia bloquear o relatório do mesmo, já que fazia parte do Conselho e este, por sua vez, exigia consenso dos votos para a aprovação dos *reports*;
- e) existência de vários procedimentos, de acordo com a matéria em discussão;

⁴⁰ JACKSON, John. **Dispute Settlement in the WTO: policy and jurisprudential considerations**. RESEARCH SEMINAR IN INTERNATIONAL ECONOMICS. University of Michigan, 1998. p. 7.

⁴¹ JACKSON, John. **Dispute Settlement in the WTO: policy and jurisprudential considerations**. RESEARCH SEMINAR IN INTERNATIONAL ECONOMICS. University of Michigan, 1998. p. 9.

⁴² JACKSON, John. **Dispute Settlement in the WTO: policy and jurisprudential considerations**. RESEARCH SEMINAR IN INTERNATIONAL ECONOMICS. University of Michigan, 1998. p. 10. “this ‘blocking’ was deemed to be the most significant defect in the GATT process”.

- f) certa pressão e intervenção de governos nos painéis, o que tirava a imparcialidade destes órgãos julgadores.⁴³

4.2 MODELO ATUAL

O atual sistema de solução de controvérsias, cristalizado através do DSU⁴⁴, possui uma característica importante: é fundamentado em lei, garantindo segurança jurídica e tornando o comércio internacional mais previsível e seguro. O *Dispute Settlement Understanding*, DSU, foi aprovado por ocasião do encontro de Marrakesh, em abril de 1994, sendo para muitos especialistas, o principal resultado prático da conclusão da Rodada do Uruguai. O DSU está organizado em 27 artigos, definindo regras e procedimentos aplicáveis às controvérsias levadas a OMC. Em seu artigo primeiro⁴⁵, estipula sua abrangência e aplicação.

As disputas trazidas a OMC são basicamente a respeito de promessas não cumpridas⁴⁶. A OMC é composta por 149 países e quando há violação das regras de comércio, a existência de um eficiente sistema multilateral de solução destes conflitos se faz necessária, até mesmo para que se evitem sanções unilaterais.

O novo modelo de solução de controvérsias também traz maior disciplina ao processo, o dividindo em estágios, com tamanho e duração previamente estabelecidos. Um caso que transcorra por todas as suas fases, atingindo o último estágio, da apelação, não deveria durar mais do que 15 meses. Estes limites de tempo, obviamente, são flexíveis, mas a busca de celeridade na decisão de conflitos

⁴³ JACKSON, John. **Dispute Settlement in the WTO: policy and jurisprudential considerations**. RESEARCH SEMINAR IN INTERNATIONAL ECONOMICS. University of Michigan, 1998. p. 13.

⁴⁴ DSU – *Dispute Settlement Understanding* ou ESC em português – Entendimento relativo as Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias.

⁴⁵ Art. 1 do DSU “The rules and procedures of this Understanding shall apply to disputes brought pursuant to the consultation and dispute settlement provisions of the agreements listed in Appendix 1 to this Understanding (referred to in this Understanding as the “covered agreements”). The rules and procedures of this Understanding shall also apply to consultations and the settlement of disputes between Members concerning their rights and obligations under the provisions of the Agreement Establishing the World Trade Organization (referred to in this Understanding as the “WTO Agreement”) and of this Understanding taken in isolation or in combination with any other covered agreement.”

⁴⁶ WTO. **Understanding the WTO**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm> 3. ed. August 2003. Acesso em: 05 ago. 2006.

está em consonância com os objetivos da OMC, de garantir segurança e previsibilidade ao comércio mundial.

Tatiana Lacerda Prazeres, em seu artigo sobre o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, aponta três principais alterações trazidas pelo DSU: “i) *unificação de procedimentos*; ii) *inversão da regra do consenso*; iii) *criação de um Órgão de Apelação*.”

A unificação dos procedimentos trouxe um único modelo – o DSU – a ser seguido, independente da matéria em questão. Isso evita a fragmentação do processo em procedimentos distintos que deveriam se adaptar a matérias distintas. A inversão da regra do consenso é, para muitos, a principal alteração para trazer efetividade ao sistema. Antes apenas um país poderia bloquear a decisão do painel, ou ainda pior, a instauração do painel em si. Agora isso só ocorre caso haja um consenso entre todos os membros, decidindo ou pela não instauração do painel, ou pela não adoção do relatório do painel. Por último, a criação de um Órgão de Apelação traz uma segurança jurídica maior às decisões proferidas pelo DSB⁴⁷, uma vez que a parte perdedora, inconformada, poderá solicitar a revisão de questões de direito ou das interpretações jurídicas de questões controvertidas, abordadas durante o painel⁴⁸.

4.3 FASES DO MODELO ATUAL

O DSU estabelece algumas fases para a solução de controvérsias. Estas fases possuem tempo pré-estabelecido e uma conciliação a respeito da matéria controvertida pode ser alcançada em qualquer uma destas fases. A responsabilidade de solucionar disputas é do DSB, formado por todos os membros da OMC. O DSB possui a autoridade para i) estabelecer painéis; ii) adotar relatórios emanados dos painéis, bem como do Órgão de Apelação; iii) policiar se as decisões e recomendações dos painéis e Órgão de Apelação estão sendo devidamente

⁴⁷ *Dispute Settlement Body* – DSB ou OSC – Órgão de solução de controvérsia, no português.

⁴⁸ Art. 17.6 do DSU, “*An appeal shall be limited to issues of law covered in the panel report and legal interpretations developed by the panel.*”

implementadas; iv) autorizar retaliação quando um país não cumpre com as decisões dos relatórios.⁴⁹

Assim, o processo se desencadeia sob a administração do DSB nas seguintes fases: 1) Consultas; 2) Conciliação/Mediação; 3) Painel; 4) eventualmente, Órgão de Apelação; 5) Fiscalização do cumprimento do relatório do painel ou do órgão de apelação; 6) Sanção pelo descumprimento do relatório final aprovado pelo DSB, já que este possui a característica de ser cogente.⁵⁰

4.3.1 Consultas

Nesta fase a iniciativa privada possui papel ativo, uma vez que, sendo a principal afetada pelo descumprimento de regras de comércio, possui forte interesse em fazer cessar a causa do dano. A pauta de produtos exportados é muito grande e crescente. Desta maneira, o governo brasileiro necessita da ajuda da iniciativa privada, para detectar possíveis abusos das normas do comércio internacional. Assim, com o seu apoio, o problema é detectado, estudos são preparados, assessoria jurídica e técnica são providenciadas, e o governo brasileiro, através da CGC – Coordenação Geral de Contenciosos, do Itamaraty, coordena o processo de consultas.

O DSU estabelece os prazos e o procedimento para esta fase em seu Artigo 4. Assim que o pedido de consultas é realizado, a parte que o recebe tem 10 dias – contados a partir da data de recebimento do pedido - para responder ao mesmo e deve entrar em processo de consultas dentro do prazo máximo de 30 dias, também

⁴⁹ Art. 2.1 do DSU. *“The Dispute Settlement Body is hereby established to administer these rules and procedures and, except as otherwise provided in a covered agreement, the consultation and dispute settlement provisions of the covered agreements. Accordingly, the DSB shall have the authority to establish panels, adopt panel and Appellate Body reports, maintain surveillance of implementation of rulings and recommendations, and authorize suspension of concessions and other obligations under the covered agreements. With respect to disputes arising under a covered agreement which is a Plurilateral Trade Agreement, the term “Member” as used herein shall refer only to those Members that are parties to the relevant Plurilateral Trade Agreement. Where the DSB administers the dispute settlement provisions of a Plurilateral Trade Agreement, only those Members that are parties to that Agreement may participate in decisions or actions taken by the DSB with respect to that dispute”.*

⁵⁰ PRAZERES, Tatiana Lacerda. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Weber (org). **O Brasil e a OMC – os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. São Paulo: Aduaneiras, 2000. p. 48.

contados a partir da data do recebimento do pedido, com o objetivo de alcançar uma solução satisfatória para ambas as partes. Se nenhum dos prazos for observado, a parte demandante pode proceder diretamente para o pedido de instauração de um painel⁵¹.

Como defendido por Celso Lafer, as consultas são no direito econômico internacional o momento para o *fact gathering*, ou seja, em cooperação, as partes fazem um estudo do objeto razão da consulta e tentam chegar a um entendimento comum a respeito do ponto controvertido, conciliando seus interesses. Esta idéia de consulta já está presente desde 1947, no Artigo XXII do GATT⁵².

4.3.2 Conciliação/ Mediação

Esta fase é aquela em que a tradicional diplomacia possui papel importante. Aqui, os países em disputa conversam entre si, tentando alcançar um acordo ou meio termo para a questão controvertida. Os artigos 4 e 5 do DSU tratam desta questão apontando um prazo de 60 dias para a conclusão desta fase⁵³, já incluindo as consultas e as conseqüentes tentativas de conciliação. As fases das consultas e da conciliação/mediação, na verdade, se sobrepõe e são interdependentes, sendo a primeira, causa, e a segunda, conseqüência da outra. Se as partes não chegam a um consenso, a parte demandante pode solicitar o estabelecimento de um painel.

O objetivo desta fase é o entendimento entre os países, sem a necessidade de iniciar um processo litigioso para averiguar o caso em questão. Nesta fase,

⁵¹ Art 4. 3 “If a request for consultations is made pursuant to a covered agreement, the Member to which the request is made shall, unless otherwise mutually agreed, reply to the request within 10 days after the date of its receipt and shall enter into consultations in good faith within a period of no more than 30 days after the date of receipt of the request, with a view to reaching a mutually satisfactory solution. If the Member does not respond within 10 days after the date of receipt of the request, or does not enter into consultations within a period of no more than 30 days, or a period otherwise mutually agreed, after the date of receipt of the request, then the Member that requested the holding of consultations may proceed directly to request the establishment of a panel.”

⁵² “Each contracting party shall accord sympathetic consideration to, and shall afford adequate opportunity for consultation regarding, such representations as may be made by another contracting party with respect to any matter affecting the operation of this Agreement.”

⁵³ Art. 4.7 DSU. “If the consultations fail to settle a dispute within 60 days after the date of receipt of the request for consultations, the complaining party may request the establishment of a panel. The complaining party may request a panel during the 60-day period if the consulting parties jointly consider that consultations have failed to settle the dispute.”

inclusive o Diretor-Geral da organização pode interferir, prestando seus serviços como mediador para o caso conflituoso⁵⁴.

4.3.3 Painel

O painel seria um “tribunal”. Os especialistas são escolhidos em consultas com as partes litigantes e havendo discórdia na escolha dos integrantes do painel, o diretor geral traz para si a responsabilidade de apontá-los. Este painel deve ser composto de 3 a 5 indivíduos⁵⁵ – normalmente de procedência diferente dos países envolvidos na disputa. O relatório final do painel é encaminhado ao DSB que só pode rejeitá-lo por consenso. Uma lista de especialistas é mantida pelo DSB e os países membros podem indicar indivíduos com conhecimentos técnicos específicos, bem como experiência em matérias de comércio internacional⁵⁶, para compor tais listas.

A Organização Mundial do Comércio passa por uma série de mudanças que implicam na necessidade de pareceres mais precisos. Alguns motivos podem ser apontados para isto: os acordos da OMC estão se tornando mais técnicos, os governos têm representado interesses de empresas do setor privado, que possuem grande poderio econômico e interesse em uma decisão precisa e embasada a respeito do assunto controvertido. A presença de especialistas dá maior força e legitimidade às decisões dos painéis – fato importante para a consolidação e prestígio do Órgão de Solução de Controvérsias. O DSU ainda traz uma espécie de

⁵⁴ Art. 5.6 DSU. “The Director-General may, acting in an ex officio capacity, offer good offices, conciliation or mediation with the view to assisting Members to settle a dispute.”

⁵⁵ Art. 8.5 DSU. “Panels shall be composed of three panelists unless the parties to the dispute agree, within 10 days from the establishment of the panel, to a panel composed of five panelists. Members shall be informed promptly of the composition of the panel.”

⁵⁶ Art 8.4 DSU “To assist in the selection of panelists, the Secretariat shall maintain an indicative list of governmental and non-governmental individuals possessing the qualifications outlined in paragraph 1, from which panelists may be drawn as appropriate. That list shall include the roster of non-governmental panelists established on 30 November 1984 (BISD 31S/9), and other rosters and indicative lists established under any of the covered agreements, and shall retain the names of persons on those rosters and indicative lists at the time of entry into force of the WTO Agreement. Members may periodically suggest names of governmental and non-governmental individuals for inclusion on the indicative list, providing relevant information on their knowledge of international trade and of the sectors or subject matter of the covered agreements, and those names shall be added to the list upon approval by the DSB. For each of the individuals on the list, the list shall indicate specific areas of experience or expertise of the individuals in the sectors or subject matter of the covered agreements.”

vantagem aos países em desenvolvimento ao permitir que estes indiquem um especialista de um país também em desenvolvimento para compor o painel, quando a disputa estiver ocorrendo contra um país desenvolvido.

Terceiros interessados também podem intervir no painel. Observa-se algo semelhante ao litisconsórcio do direito processual brasileiro, onde um novo interessado entra em um dos pólos do conflito. Importante lembrar que as regras presentes no DSU possuem uma parte discricionária, permitindo as partes decidir contrário ao estabelecido, caso seja de comum acordo e permitido pelas regras⁵⁷.

A fase do painel é a mais longa do processo de solução de controvérsias da OMC, prevista para durar seis meses. Se o assunto causa da controvérsia se tratar de mercadorias perecíveis, um processo mais célere é observado, de três meses. Esta fase possui algumas sub-fases, onde as partes devem se manifestar, de acordo com prazos e datas pré-estabelecidas pelo painel⁵⁸. Assim, antes mesmo da primeira audiência as partes – principalmente a parte demandante – submete o caso controvertido, por escrito, aos integrantes do painel.

Como em um processo normal, na primeira audiência devem estar presentes a parte demandante, a demandada e os terceiros interessados na disputa. Já na segunda reunião do painel, as partes devem apresentar suas contestações e defesas orais. Como o procedimento base padrão se encontra positivado no DSU, e certa discricionariedade é permitida ao painel, caso seja levantado alguma matéria que demande algum conhecimento técnico ou científico, não dominado por pelo menos um dos integrantes do painel, uma consulta a um especialista será feita, e um laudo será preparado para a futura apreciação do painel.

Após o esgotamento de toda a matéria de direito, tendo o painel recebido todas as argumentações de todas as partes envolvidas, um “resumo” do caso é elaborado e submetido às partes. Neste ponto não há nenhum juízo de mérito ou conclusões a respeito da matéria controvertida. O painel se reduz a submeter um relatório do caso as partes envolvidas dando a elas duas semanas para oferecer comentários. Obtendo o “de acordo” das partes, um relatório provisório é elaborado,

⁵⁷ Art 8.3 DSU “*Citizens of Members whose governments are parties to the dispute or third parties as defined in paragraph 2 of Article 10 shall not serve on a panel concerned with that dispute, unless the parties to the dispute agree otherwise.*”

⁵⁸ Art. 12.5 *Panels should set precise deadlines for written submissions by the parties and the parties should respect those deadlines.*

agora sim fazendo o julgamento do mérito e apontando as conclusões do painel⁵⁹. Um prazo é aberto às partes para a análise destas conclusões e para apontar mudanças desejadas em aspectos pontuais do relatório, que podem ou não ser acolhidas. Logo em seguida, o relatório final – com ou sem as modificações apontadas durante a sua fase provisória - é adotado e submetido a todos os membros do DSB, ou seja, todos os membros da Organização Mundial do Comércio. Dentro do prazo de sessenta dias, o relatório submetido ao DSB se torna efetivo e cogente – salvo o caso de o mesmo ser rejeitado por consenso - devendo a parte perdedora aderir ao decidido.

4.3.4 Órgão de Apelação

Uma das grandes inovações com a criação do *Dispute Settlement Body*, foi a possibilidade de apelação das decisões proferidas pelos painéis. A apelação só é possível se baseada em pontos de interpretação legal controvertidos⁶⁰. Não é admitida apelação para argüir novas evidências ou reexaminar novos assuntos.

O Órgão de Apelação é composto de 7 membros, eleitos para um mandato de 4 anos e permitida uma reeleição. Terceiros interessados que vieram a compor a disputa, não possuem legitimidade para apelar. A “corte” de apelação será formada por 3 dos 7 membros permanentes do Órgão de Apelação. Assim como em um processo normal, o resultado de uma apelação pode corroborar, modificar ou inverter as conclusões da primeira instância. Como a tendência da OMC é fazer a composição de seus painéis por especialistas e não por leigos, conclui-se que uma modificação extrema da decisão ocorrida no painel seja, no mínimo, improvável. Visando a celeridade do processo, as apelações não devem durar mais do que 60

⁵⁹ Art. 15.2. “Following the expiration of the set period of time for receipt of comments from the parties to the dispute, the panel shall issue an interim report to the parties, including both the descriptive sections and the panel's findings and conclusions. Within a period of time set by the panel, a party may submit a written request for the panel to review precise aspects of the interim report prior to circulation of the final report to the Members. At the request of a party, the panel shall hold a further meeting with the parties on the issues identified in the written comments. If no comments are received from any party within the comment period, the interim report shall be considered the final panel report and circulated promptly to the Members.”

⁶⁰ Art. 17.6. “An appeal shall be limited to issues of law covered in the panel report and legal interpretations developed by the panel.”

dias, não ultrapassando, sob qualquer hipótese o prazo de 90 dias. (Artigo 17.5 do DSU).

Assim como na decisão do painel, o *Dispute Settlement Body* deve aceitar ou rejeitar a decisão do Órgão de Apelação, em 30 dias, ou rejeitá-la apenas por consenso. Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil no período Fernando Henrique Cardoso, entende que os *reports* dos painéis e do Órgão de Apelação, possuem um poder de um parecer dentro do sistema da OMC, só adquirindo plenitude de efeitos jurídicos, quando aprovados pelos Estados-Membros, através do *Dispute Settlement Body* – DSB.

4.3.5 Fiscalização do Cumprimento do Relatório do Painel ou do Órgão de Apelação

Assim como em um processo “normal”, logo que a decisão final, não mais recorrível, é proferida, existe a necessidade de executá-la. Duas fases são observadas neste momento. A primeira, chamada fase do monitoramento, onde se observa se a parte perdedora da demanda está adotando medidas no sentido de cumprir com a decisão agora cancelada pelo *Dispute Settlement Body* e de caráter cogente. O Artigo 21 do DSU prevê este mecanismo de monitoramento, estabelecendo o prazo de 30 dias desde a adoção de um *report* pelo DSB, para que o Estado Membro perdedor da demanda, informe seu cronograma de implementação da decisão⁶¹. Caso o cumprimento imediato não seja possível, abre-se a possibilidade de se estender o período para o cumprimento do *report*, situação em que se deve obedecer as regras do Artigo 21.3, tentando chegar a um meio termo entre os interesses da parte vencedora e as possibilidades de implementação da parte perdedora. Busca-se desta maneira um equilíbrio entre direitos e interesses divergentes, dos dois pólos da demanda.

A princípio, este prazo “razoável” – conforme o DSU - para a implementação da decisão, não deve ultrapassar quinze meses, salvo acordo em contrário entre as

⁶¹ Art. 21. 3 “At a DSB meeting held within 30 days⁶¹ after the date of adoption of the panel or Appellate Body report, the Member concerned shall inform the DSB of its intentions in respect of implementation of the recommendations and rulings of the DSB. If it is impracticable to comply immediately with the recommendations and rulings, the Member concerned shall have a reasonable period of time in which to do so...”

partes. Não observado o cronograma de implementação da decisão do painel ou do Órgão de Apelação, entramos na segunda fase do processo de execução, que só ocorre caso o Estado Membro perdedor da demanda, desrespeite a decisão do *report*. O DSU estabelece em seu Artigo 22, o mecanismo de sanções a serem aplicadas.

Como visto anteriormente, ao Estado perdedor é dada a possibilidade de cumprimento da decisão do painel ou do Órgão de Solução de Controvérsias por um prazo elástico. Caso o cumprimento do *report* não ocorra de imediato, nem dentro do prazo estabelecido entre as partes, inicia-se um processo de negociações em que a parte perdedora da demanda deve iniciar negociações com o país (ou os países) ganhadores da causa. Aos países envolvidos caberá a decisão de como estas compensações ocorrerão. Não raro são pleiteadas reduções tarifárias em áreas estratégicas uma vez que as sanções aqui abordadas são exclusivamente de força econômica.

Se após vinte dias da data em que se expirou o prazo acordado para o cumprimento do *report*, nenhuma medida compensatória foi acordada, a parte que teve a decisão a seu favor, poderá solicitar ao *Dispute Settlement Body* permissão para impor sanções comerciais ao país que não cumpriu com o decidido pelo painel ou pelo Órgão de Apelação.⁶²

O Artigo 22.3 do DSU estabelece as regras que devem ser observadas no momento de definir as sanções aplicáveis. O DSB deve primeiramente autorizar tais medidas, e elas só não serão aplicadas caso haja consenso contra as mesmas. Analisando as regras do DSU, pode-se observar três passos claros para a imposição das sanções: i) Deve-se suspender concessões ou outras obrigações dentro do mesmo setor em que houve a decisão do painel ou do Órgão de Solução de Controvérsias; ii) caso a parte interessada conclua que a primeira opção delimitada dentro do DSU não possui efetividade, pode-se buscar suspensão de concessões e

⁶² Art 22.2 DSU. *"If the Member concerned fails to bring the measure found to be inconsistent with a covered agreement into compliance therewith or otherwise comply with the recommendations and rulings within the reasonable period of time determined pursuant to paragraph 3 of Article 21, such Member shall, if so requested, and no later than the expiry of the reasonable period of time, enter into negotiations with any party having invoked the dispute settlement procedures, with a view to developing mutually acceptable compensation. If no satisfactory compensation has been agreed within 20 days after the date of expiry of the reasonable period of time, any party having invoked the dispute settlement procedures may request authorization from the DSB to suspend the application to the Member concerned of concessions or other obligations under the covered agreements."*

outras obrigações de outros setores, desde que seja dentro do mesmo acordo; iii) a terceira opção, uma medida mais drástica, seria a suspensão de concessões e benefícios de outros acordos, uma vez que as opções dentro do mesmo acordo se esgotaram. Percebe-se uma graduação de severidade em tais possibilidades e a intenção de se evitar abusos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até alguns anos, manifestações anti-globalização eram mais freqüentes, barulhentas e detinham uma maior atenção da mídia. Contudo, a integração econômica é fato e lutar contra esta tendência não trará frutos algum. A consolidação da OMC como o maior fórum de negociações existente, mostra que os países entendem que a solução de muitos de seus problemas se encontra na intensificação do comércio internacional e na queda das barreiras protecionistas, que distorcem o fluxo de mercadorias, beneficiando poucos em detrimento de muitos. Para o Brasil, em especial, a atual Rodada de Negociações é de vital importância, uma vez que a atual direção da diplomacia brasileira resolveu apostar todos seus esforços nas negociações multilaterais em âmbito da OMC, não realizando nenhum acordo bilateral de comércio com países estratégicos.

Não há dúvida de que a liberalização do comércio via OMC será mais benéfica, como também mais difícil. Deve-se equacionar interesses diversos de 148 países, com características econômicas, sociais, políticas, absolutamente distintas. Percebe-se que as negociações são dominadas por alguns poucos *players*, que, a princípio, estariam representando os interesses dos demais membros da organização. Estados Unidos, União Européia, Austrália, Brasil e Índia lideram as negociações e tentam chegar a um meio termo satisfatório a todos.

Nesta linha de raciocínio, pode-se perguntar: um aumento do número de casos submetidos ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, significaria que o sistema de negociações da OMC está falho? A esta pergunta não cabe apenas uma resposta, mas algumas considerações.

A primeira é que com a regulamentação do Órgão de Solução de Controvérsias, com regras e procedimentos claros, percebe-se que foi dada uma maior segurança jurídica aos membros da organização. Isto significa que as demandas submetidas serão seriamente apreciadas e serão regidas por um conjunto de regras de conhecimento de todos. A priori, isto seria um incentivo aos países buscarem auxílio da Organização para solucionar conflitos. Sob este aspecto, um aumento dos casos apreciados pelo Órgão de Solução de Controvérsias seria benéfico.

Por outro lado, não se pode deixar de lembrar que disputar significa existência de divergência. Disputar em iguais condições é o objetivo, mas isto não ocorre na prática. O Sistema de Solução de Controvérsias pode dar esta igualdade formal a todos, mas quando falamos em relações internacionais, temos um forte componente político envolvido. Assim, um governo de um país em desenvolvimento, por exemplo, deve pesar o componente político antes de entrar em disputa com um país desenvolvido. Até mesmo países que possuem relações amigáveis, deverão analisar se é viável o desgaste político, frente ao ganho econômico que uma disputa pode proporcionar.

Outro ponto que pesa contra os países em desenvolvimento é o custo. Observa-se que apesar de um quadro de 148 membros compondo a OMC, poucos são os membros que realmente possuem condições para bancar o custo de levar uma disputa a cabo. Aqui encontra-se o mesmo dilema que o legislador brasileiro se depara, assunto discutido intensamente por doutrinadores e juristas: o acesso à justiça. Respeitando as devidas proporções, observa-se exatamente o mesmo quadro na OMC. O custo muitas vezes torna proibitivo a busca de justiça. Alguns países mal possuem condições de manter suas representações junto a OMC, quanto mais bancar o custo de um painel. Desta maneira, analisando pelo lado do custo, verifica-se uma estabilidade no número de casos submetidos ao Órgão de Solução de Controvérsias, já que ainda não foram estabelecidas medidas visando assistir países mais pobres.

A OMC se trata de um grande balcão de negociações. Quando países bloqueiam as possibilidades de negociações, começa-se a questionar até onde a OMC possui efetividade nas ações que toma. A paralisação da Rodada de Doha acarreta um enorme custo político à OMC e a previsão de aumento de conflitos de ordem comercial. Analisando sob este ponto de vista, o aumento do número de casos submetidos ao Órgão de Solução de Controvérsias estaria refletindo um fracasso da OMC, não um sucesso. A atual rodada de negociações recebeu o apelido de a “Rodada do Desenvolvimento” pois os países mais pobres seriam os principais beneficiários de uma conclusão positiva das conversas.

Por último, deve-se fazer algumas considerações a respeito da formação dos painéis do Órgão de Solução de Controvérsias. A adoção do sistema no qual *experts* são chamados para compor listas de especialistas que estarão disponíveis

para a análise das demandas submetidas ao OSC, contribui para a celeridade e precisão das decisões. Um dos grandes desafios do profissional do Direito é o de manter-se atualizado diante as constantes modificações legislativas que ocorrem. Na OMC, pode-se afirmar que esta problemática é ainda maior, uma vez que há uma variedade de matérias muito grande – de agricultura à propriedade intelectual – e uma constante produção de regulamentos. Desta maneira, a presença de especialistas no julgamento de casos controvertidos, presta um favor à eficiência, reduzindo a possibilidade de uma decisão infundada ou até mesmo errônea. Pensar em órgãos julgadores formados por apenas um juiz ou até mesmo uma corte permanente, significaria aumentar os casos de insatisfação da parte perdedora – já que, por vezes, faltaria o conhecimento técnico adequado para decidir o caso concreto – acarretando a necessidade de uma estrutura recursal. O OSC da maneira que está estruturado, permite a apelação, mas esta só ocorre para matérias de direito controvertidas já que o direito material, em si, foi decidido levando em conta um conhecimento técnico-jurídico adequado.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional**. 3. ed. 3. tir. Curitiba: Juruá, 2005.
- BARRAL, Welber (org). **O Brasil e a OMC – os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Curitiba: Juruá, 2002.
- BARRAL, Welber; REIS, Geraldo. Globalização e novo marco regulatório do comercio internacional: a inserção brasileira. **Ensaio FEE**, ano 20, n. 1, 1999.
- BHAGWATI, Jagdish. From Seattle to Hong Kong. **Foreign Affairs**, Dez. 2005. WTO Special Edition.
- CARVALHO, Leonardo Arquimino de. O Futuro da Agricultura. In: BARRAL, Welber (org). **O Brasil e a OMC - os interesses brasileiros e as negociações multilaterais**. Curitiba: Juruá, 2002.
- CHEREM, Giselda da Silveira. Subsídios. In: BARRAL, Welber (org). **O Brasil e a OMC – os interesses brasileiros e as negociações multilaterais**. Curitiba: Juruá, 2002.
- CLINE, R. Willian. Doha and Development. **Foreign Affairs**, Dez. 2005. WTO Special Edition.
- HILLS, A. Carla. The Stakes of Doha. **Foreign Affairs**, Dez. 2005, WTO Special Edition.
- JACKSON, John. **Dispute Settlement in the WTO: policy and jurisprudential considerations**. RESEARCH SEMINAR IN INTERNATIONAL ECONOMICS. University of Michigan, 1998.
- LAFER, Celso. **A OMC e a Regulamentação do Comercio Internacional: uma visão brasileira**. São Paulo: Livraria do Advogado, 1998.
- MAREBGA, Flavio. **O governo brasileiro e o setor privado no contencioso Brasil/EUA sobre algodão**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/cgc.asp> Acesso em: 10 ago. 2006.
- MOHAN, C. Raja. India and the Balance of Power. **Foreign Affairs**, Jul./Ago. 2006.
- MOREIRA, Assis. Amorim rejeita estratégia de acordos bilaterais e diz que OMC ainda é prioridade. **Jornal Valor Econômico**, Caderno Brasil, 25 jul. 2006.
- MRE - Ministério das Relações Exteriores. **Documentos brasileiros no contencioso sobre a proibição brasileira à importação de pneus reformados**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/pneus.asp> Acesso em: 01 set. 2006.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. **Documentos brasileiros no contencioso sobre subsídios das Comunidades Europeias à exportação de açúcar.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/acucar.asp> Acesso em: 28 ago. 2006.

PAUWELYN, Joost. The Role of Public International Law in the WTO: How Far Can We Go? **The American Journal of International Law.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/public.pdf> Acesso em: 05 set. 2006.

PAUWELYN, Joost. **The Use of Experts in WTO Dispute Settlement.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/experts.doc> Acesso em: 05 set. 2006.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Weber (org). **O Brasil e a OMC – os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SUTHERLAND, D. Peter. Correcting Misperceptions. **Foreign Affairs**, Dez. 2005. WTO Special Edition.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização mundial do Comércio:** as regras do comercio internacional e a rodada do milênio. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Comissão do Comercio de bens, serviços e commodities.** Disponível em: <www.cid.harvard.edu/cidtrade> Acesso em: 05 set. 2006.

WTO. **Understanding the WTO.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm> 3. ed. August 2003. Acesso em: 05 ago. 2006.